



LEI N º 499, 16 DE SETEMBRO DE 2015

DICENSIAS - EDIÇÃO 939
17-09-2015

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Certifico que
presente <u>Lei 499/2015</u>
Foi publicado no jornal <u>NOVO</u> <u>TEMPO</u>
Edição Nº <u>1095</u> de <u>18.09.2015</u>
<u>OSVALDO R. PIMENTEL</u> Departamento de Administração

Lei: A Câmara Municipal de BELA VISTA DA CAROBA decreta e eu, DILSO STORCH, Prefeito Municipal sanciono a seguinte

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2016 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

- III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
- XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos ;
- XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;
- XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e
- XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2016, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactua a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no parilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/ 2017.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Seção II

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2016, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2015 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

- I - gerados pela empresa;
- II - oriundos de transferências do Município;
- III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e
- IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2016, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº 4.320, de 1964.


Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

BELA VISTA DA CAROBA, 22 DE SETEMBRO DE 2015



DILSO STORCH
Prefeito Municipal



Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Página: 1/3
Data: 16/09/2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 499 de 17/09/2015

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	877.500,00		877.500,00
01.031	Ação Legislativa	877.500,00		877.500,00
01.031.0001	Gestão e Apoio Legislativo	877.500,00		877.500,00
04	Administração	2.035.562,04		2.035.562,04
04.121	Planejamento e Orçamento	177.000,00		177.000,00
04.121.0002	Gestão e Apoio Administrativo	177.000,00		177.000,00
04.122	Administração Geral	1.368.308,25		1.368.308,25
04.122.0002	Gestão e Apoio Administrativo	1.368.308,25		1.368.308,25
04.123	Administração Financeira	445.801,79		445.801,79
04.123.0002	Gestão e Apoio Administrativo	445.801,79		445.801,79
04.124	Controle Interno	44.452,00		44.452,00
04.124.0002	Gestão e Apoio Administrativo	44.452,00		44.452,00
08	Assistência Social	687.200,00	223.856,00	911.056,00
08.241	Assistência ao Idoso	11.100,00		11.100,00
08.241.0012	Viver com Dignidade Social	11.100,00		11.100,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	3.600,00		3.600,00
08.242.0012	Viver com Dignidade Social	3.600,00		3.600,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	136.760,00		136.760,00
08.243.0013	Nossos Jovens Nosso Futuro	136.760,00		136.760,00
08.244	Assistência Comunitária	533.140,00	223.856,00	756.996,00
08.244.0012	Viver com Dignidade Social	533.140,00	223.856,00	756.996,00
08.334	Fomento ao Trabalho	2.600,00		2.600,00
08.334.0012	Viver com Dignidade Social	2.600,00		2.600,00
10	Saúde	2.615.042,63		2.615.042,63
10.122	Administração Geral	150.900,00		150.900,00
10.122.0008	Saúde Prevenção é bem estar Físico, Mental e Social	6.500,00		6.500,00
10.122.0009	Saúde Preventiva e Curativa	144.400,00		144.400,00
10.301	Atenção Básica	1.673.093,00		1.673.093,00
10.301.0008	Saúde Prevenção é bem estar Físico, Mental e Social	1.650.693,00		1.650.693,00
10.301.0009	Saúde Preventiva e Curativa	22.400,00		22.400,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	562.849,63		562.849,63
10.302.0009	Saúde Preventiva e Curativa	562.849,63		562.849,63
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	89.200,00		89.200,00
10.303.0009	Saúde Preventiva e Curativa	89.200,00		89.200,00
10.304	Vigilância Sanitária	112.400,00		112.400,00
10.304.0008	Saúde Prevenção é bem estar Físico, Mental e Social	112.400,00		112.400,00



Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	2.615.042,63		2.615.042,63
10.305	Vigilância Epidemiológica	26.600,00		26.600,00
10.305.0009	Saúde Preventiva e Curativa	26.600,00		26.600,00
12	Educação	37.000,00	2.496.750,00	2.533.750,00
12.122	Administração Geral		188.000,00	188.000,00
12.122.0005	Educação de Qualidade para Todos		188.000,00	188.000,00
12.361	Ensino Fundamental	37.000,00		1.719.280,00
12.361.0005	Educação de Qualidade para Todos	37.000,00		1.719.280,00
12.365	Educação Infantil		587.925,00	587.925,00
12.365.0005	Educação de Qualidade para Todos		587.925,00	587.925,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		16.800,00	16.800,00
12.366.0005	Educação de Qualidade para Todos		16.800,00	16.800,00
12.367	Educação Especial		21.745,00	21.745,00
12.367.0005	Educação de Qualidade para Todos		21.745,00	21.745,00
13	Cultura	11.700,00		11.700,00
13.392	Difusão Cultural	11.700,00		11.700,00
13.392.0006	Cultura Educativa	11.700,00		11.700,00
15	Urbanismo	2.156.275,96		2.156.275,96
15.451	Infra-Estrutura Urbana	221.264,24		221.264,24
15.451.0011	Nossa Cidade Melhor	221.264,24		221.264,24
15.452	Serviços Urbanos	1.718.511,72		1.718.511,72
15.452.0011	Nossa Cidade Melhor	1.718.511,72		1.718.511,72
15.512	Saneamento Básico Urbano	144.000,00		144.000,00
15.512.0011	Nossa Cidade Melhor	144.000,00		144.000,00
15.751	Conservação de Energia	61.500,00		61.500,00
15.751.0011	Nossa Cidade Melhor	61.500,00		61.500,00
15.752	Energia Elétrica	11.000,00		11.000,00
15.752.0011	Nossa Cidade Melhor	11.000,00		11.000,00
16	Habitação	7.100,00		7.100,00
16.482	Habitação Urbana	7.100,00		7.100,00
16.482.0011	Nossa Cidade Melhor	7.100,00		7.100,00
17	Saneamento	6.200,00		6.200,00
17.511	Saneamento Básico Rural	6.200,00		6.200,00
17.511.0010	Caminhos do Campo	6.200,00		6.200,00



Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 499 de 17/09/2015

	RECEITAS DO ENSINO		
	RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO	
	LDO 2016	Projeção 2017	
		Projeção 2018	
1- RECEITA DE IMPOSTOS			
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	230.575,00	251.360,00	0,00
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	58.205,00	63.515,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	53.950,00	58.850,00	0,00
Divida Ativa do IPTU	1.450,00	1.585,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos de Divida Ativa do IPTU	1.400,00	1.540,00	0,00
(-) Deduções da Receita do IPTU	1.405,00	1.540,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	67.900,00	73.975,00	0,00
Imposto sobre Transmissão Inter vivos - ITBI	67.200,00	73.200,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	700,00	775,00	0,00
Divida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Divida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	49.200,00	53.570,00	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	46.400,00	50.500,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.400,00	1.535,00	0,00
Divida Ativa do ISS	700,00	770,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Divida Ativa do ISS	700,00	765,00	0,00
(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	55.270,00	60.300,00	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	55.270,00	60.300,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00
Divida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Divida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00
Divida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Divida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS			
2.1- Cota-Parte FPM	2.538.600,00	2.760.576,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.314.600,00	2.516.400,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração - L.C.nº87/1996	19.000,00	20.826,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	49.800,00	54.200,00	0,00



RECEITAS DO ENSINO			
	LDO 2016	PREVISÃO	
		Projeção 2017	Projeção 2018
RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS			
2.5- Cota-Parte ITR	5.200,00	5.650,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	150.000,00	163.500,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	2.769.175,00	3.011.936,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			
	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00
5- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	291.700,00	314.000,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	134.700,00	146.800,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	157.000,00	167.200,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00
6- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.655.125,00	3.984.670,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	3.946.825,00	4.298.670,00	0,00
FUNDEB			
RECEITAS DO FUNDEB			
	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	507.720,00	552.115,20	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.1.1)	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.2)	462.920,00	503.280,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.3)	3.800,00	4.165,20	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.4)	9.960,00	10.840,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.040,00	1.130,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.6)	30.000,00	32.700,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.373.900,00	1.497.400,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.373.900,00	1.497.400,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Fincancelira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	866.180,00	945.284,80	0,00
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB			



PRIORIDADES DAS DESPESAS DO FUNDEB	PREVISÃO		
	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			
13.1- Com Educação Infantil	841.400,00	916.970,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	284.700,00	310.245,00	0,00
14- OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS			
14.1- Com Educação Infantil	556.700,00	606.725,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	532.500,00	580.430,00	0,00
15- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	135.000,00	147.150,00	0,00
	397.500,00	433.280,00	0,00
	1.373.900,00	1.497.400,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			
16- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
	0,00	0,00	0,00
17- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16)	0,00	0,00	0,00
18- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ((13 - 17) / (11) x 100) %	61,24	61,24	0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB			
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE			
19- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE - (25% de 3)¹	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
	692.293,75	752.984,00	0,00
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE			
20- EDUCAÇÃO INFANTIL			
20.1- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
	419.700,00	457.395,00	0,00
20.2- Prioridades das Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	419.700,00	457.395,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
21- ENSINO FUNDAMENTAL			
21.1- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	954.200,00	1.040.005,00	0,00
21.2- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	954.200,00	1.040.005,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
22- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00
25- OUTRAS	0,00	0,00	0,00
26- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (20 + 21 + 22 + 23 + 24 + 25)	1.373.900,00	1.497.400,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			
27- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
	866.180,00	945.284,80	0,00
28- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00



DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	PREVISÃO	
	LDO 2016	Projeção 2017
29- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (11.3)	0,00	0,00
30- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00	0,00
31- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00
32- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (27 + 28 + 29 + 30 + 31)	866.180,00	945.284,80
33- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((20 + 21) - (32))	507.720,00	552.115,20
34- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ² ((33)/(3) x 100)%	18,33	18,33
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO	
	LDO 2016	Projeção 2017
35- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00
36- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	134.700,00	146.800,00
37- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
38- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
39- TOTAL DAS OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (35 + 36 + 37 + 38)	134.700,00	146.800,00
40- TOTAL GERAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MDE (26 + 39)	1.508.600,00	1.644.200,00

FONTE:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.



PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	PRIORIDADES		
	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Investimentos			
Inversões Financeiras	36.800,00	39.076,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	2.600.842,63	2.784.522,00	0,00
PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE	2.600.842,63	2.784.522,00	0,00
(-) PRIORIDADES DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00
(-) PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	-928.937,63	-963.472,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	-928.937,63	-963.472,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	1.671.905,00	1.821.050,00	0,00
PERCENTUAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (V / I)	60,38%	60,46%	0%
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)			
	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Administração Geral	150.900,00	163.387,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	562.849,63	605.098,00	0,00
Atenção Básica	1.665.893,00	1.777.477,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	89.200,00	94.680,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	26.600,00	28.994,00	0,00
Vigilância Sanitária	105.400,00	114.886,00	0,00
TOTAL	2.600.842,63	2.784.522,00	0,00



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

DEMONSTRATIVO DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO)

Seleção, Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 499 de 17/09/2015

	PRIORIDADES		
	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
PREVISÃO DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL			
PRIORIDADES DAS DESPESAS BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	6.092.959,21	6.612.994,73	0,00
Pessoal Inativos e Pensionistas	6.092.959,21	6.612.994,73	---
Outras prioridades das despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00
PRIORIDADES DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Prioridades das Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	6.092.959,21	6.612.994,73	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.603.282,63	13.671.896,44	0,00
% do TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	48,34	48,37	0,00
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	7.561.969,58	8.203.137,86	0,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 57%	7.183.871,10	7.792.980,97	0,00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo Mensal do Resultado Nominal

Especificação	Janeiro (b)	Fevereiro (c)	Março (d)	Abril (e)	Maió (f)	Junho (g)	Julho (h)	Agosto (i)	Setembro (j)	Outubro (l)	Novembro (m)	Dezembro (n)	2016 (o)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III-IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)	(h - g)	(i - h)	(j - i)	(l - j)	(m - l)	(n - m)	(o - **)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* : Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto em Janeiro/2016 no valor de R\$ 0,00.

** : Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto em 2016 no valor de R\$ 0,00.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo Mensal do Resultado Primário

Seção: Atenuação em 01/01/2018 (C) - Lei, nº 489 de 17/09/2015

Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
RECEITAS CORRENTES (I)	1.407.306,59	1.407.306,59	1.407.306,59	1.407.306,59	1.407.306,59	1.407.306,59	1.407.306,59	1.407.306,59	1.407.306,59	1.407.306,59	1.407.306,59	1.407.310,14	16.887.682,63
Receta Tributária	22.484,91	22.484,91	22.484,91	22.484,91	22.484,91	22.484,91	22.484,91	22.484,91	22.484,91	22.484,91	22.484,91	22.485,99	269.820,00
Receta de Contribuição	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,33	4.083,37	49.000,00
Receta Patrimonial	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	27.000,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.183.988,06	1.183.988,06	1.183.988,06	1.183.988,06	1.183.988,06	1.183.988,06	1.183.988,06	1.183.988,06	1.183.988,06	1.183.988,06	1.183.988,06	1.183.988,97	14.207.857,63
Transferências Correntes	15.983,64	15.983,64	15.983,64	15.983,64	15.983,64	15.983,64	15.983,64	15.983,64	15.983,64	15.983,64	15.983,64	15.984,96	191.895,00
Demais Receitas Correntes	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.543,29	14.718.482,63
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (II)	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,48	42.700,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,32	3.558,48	42.700,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-VI-VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.539,94	1.226.543,29	14.718.482,63
DESPESAS CORRENTES (X)	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.213,21	11.162.437,63
Pessoal e Encargos Sociais	507.746,29	507.746,29	507.746,29	507.746,29	507.746,29	507.746,29	507.746,29	507.746,29	507.746,29	507.746,29	507.746,29	507.750,02	6.092.959,21
Juros e Encargos de Dívida (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	422.414,27	422.414,27	422.414,27	422.414,27	422.414,27	422.414,27	422.414,27	422.414,27	422.414,27	422.414,27	422.414,27	422.421,45	5.068.978,42
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.202,22	930.213,21	11.162.437,63
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	23.003,57	23.003,57	23.003,57	23.003,57	23.003,57	23.003,57	23.003,57	23.003,57	23.003,57	23.003,57	23.003,57	23.005,73	276.045,00
Investimentos	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.963,99	275.545,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida (XIV)	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.961,91	22.963,99	275.545,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	330.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII) = (XII+XV+XVI+XVII)	980.622,47	980.622,47	980.622,47	980.622,47	980.622,47	980.622,47	980.622,47	980.622,47	980.622,47	980.622,47	980.622,47	980.635,46	11.767.482,63
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	245.917,47	245.917,47	245.917,47	245.917,47	245.917,47	245.917,47	245.917,47	245.917,47	245.917,47	245.917,47	245.917,47	245.907,83	2.951.000,00



LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	14.745.482,63	16.015.796,44	0,00
Receita Tributária	269.820,00	294.080,00	0,00
Receita de Contribuição	49.000,00	53.400,00	0,00
Receita Patrimonial	27.000,00	29.430,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	68.400,00	74.479,00	0,00
Transferências Correntes	14.207.857,63	15.429.897,44	0,00
Outras Receitas Correntes	123.405,00	134.510,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.142.200,00	2.343.900,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	2.142.200,00	2.343.900,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	12.603.282,63	13.671.896,44	0,00



RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (d)	2012
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	0,00	500,00	79.500,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	500,00	79.500,00
	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	500,00	79.500,00

DESPESAS EMPENHADAS	2014 (b)	2013 (e)	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	2.972,00	7,00	79.500,00
Investimentos	2.972,00	7,00	79.500,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.972,00	7,00	79.500,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	-2.479,00	493,00	0,00



Estado do Paraná
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 499 de 17/09/2015

Especificação	Valores a Preços Correntes												%
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%		
Receita Total	10.744.100,00	11.572.610,00	7,710	12.527.127,72	8,250	12.645.982,63	0,950	13.717.416,44	8,470	0,00	(100,000)		
Receitas Primárias (I)	10.109.100,00	11.025.010,00	9,060	12.394.927,72	12,430	12.576.282,63	1,460	13.642.466,44	8,480	0,00	(100,000)		
Despesa Total	10.744.100,00	11.572.610,00	7,710	12.527.127,72	8,250	12.645.982,63	0,950	13.717.416,44	8,470	---	---		
Despesas Primárias (II)	9.739.000,00	10.669.810,00	9,560	12.519.127,72	17,330	11.767.982,63	(6,000)	12.760.816,44	8,440	0,00	(100,000)		
Resultado Primário III = (I-II)	370.100,00	355.200,00	(4,030)	(124.200,00)	(134,970)	808.300,00	(750,810)	881.650,00	9,070	0,00	(100,000)		
Resultado Nominal	370.100,00	0,00	(100,000)	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---		
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---		

Especificação	Valores a Preços Constantes												%
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%		
Receita Total	0,00	11.572.610,00	0,000	12.527.127,72	8,250	12.645.982,63	0,950	13.717.416,44	8,470	0,00	(100,000)		
Receitas Primárias (I)	0,00	11.025.010,00	---	12.394.927,72	12,430	12.576.282,63	1,460	13.642.466,44	8,480	0,00	(100,000)		
Despesa Total	0,00	11.572.610,00	---	12.527.127,72	8,250	12.645.982,63	0,950	13.717.416,44	8,470	---	---		
Despesas Primárias (II)	0,00	10.669.810,00	---	12.519.127,72	17,330	11.767.982,63	(6,000)	12.760.816,44	8,440	0,00	(100,000)		
Resultado Primário III = (I-II)	0,00	355.200,00	---	(124.200,00)	(134,970)	808.300,00	(750,810)	881.650,00	9,070	0,00	(100,000)		
Resultado Nominal	0,00	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---		
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---		

RF, art. 4º, § 1º

R\$ 1,00



LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	11.572.610,00	----	13.504.382,90	----	1.931.772,90	16,693
Receitas Primárias (I)	11.025.010,00	----	13.141.487,25	----	2.116.477,25	19,197
Despesa Total	11.572.610,00	----	12.991.950,46	----	1.419.340,46	12,265
Despesas Primárias (II)	10.669.810,00	----	12.460.098,94	----	1.790.288,94	16,779
Resultado Primário (III) = (I-II)	355.200,00	----	681.388,31	----	326.188,31	91,832
Resultado Nominal	355.200,00	----	373.984,73	0,000	18.784,73	5,288
Dívida Pública Consolidada	0,00	----	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida	137.800,00	----	0,00	0,000	(137.800,00)	(100,000)



Estado do Paraná
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 499 de 17/09/2015

Especificação	2016			2017			2018			R\$ 1,00
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	
Receita Total	12.645.982,63	12.645.982,63	-----	13.717.416,44	13.717.416,44	-----	0,00	0,00	-----	
Receitas Primárias (I)	12.576.282,63	12.576.282,63	-----	13.642.466,44	13.642.466,44	-----	0,00	0,00	-----	
Despesa Total	12.645.982,63	12.645.982,63	-----	13.717.416,44	13.717.416,44	-----	-----	-----	-----	
Despesas Primárias (II)	11.767.982,63	11.767.982,63	-----	12.760.816,44	12.760.816,44	-----	0,00	0,00	-----	
Resultado Primário III = (I-II)	808.300,00	808.300,00	-----	881.650,00	881.650,00	-----	0,00	0,00	-----	
Resultado Nominal	0,00	0,00	-----	0,00	0,00	-----	0,00	0,00	-----	
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	-----	0,00	0,00	-----	0,00	0,00	-----	
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	-----	0,00	0,00	-----	0,00	0,00	-----	